



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE POLÍCIA DE MIGRAÇÃO - UMIG/DEAIN/SR/PF/SP

Assunto: **Cancelamento de Auto de Infração**

Processo: **08704.000413/2026-16**

Interessado: **TAM LINHAS AÉREAS S/A – LATAM**

1. Trata-se de defesa administrativa apresentada pela empresa TAM LINHAS AÉREAS S/A – LATAM, em face do Auto de Infração nº 1348_00048_2026, lavrado em 05/01/2026, sob fundamento no art. 109, VI da Lei nº 13.445/2017, em razão de suposto descumprimento de compromisso de manutenção da estada ou promoção da saída de passageiro cujo ingresso teria ocorrido de forma condicional. Segundo o Auto, a transportadora teria demorado a prestar assistência ao viajante Andrew James Atkins, tripulante marítimo, o que teria configurado a infração administrativa indicada.
2. Após exame do procedimento, verifica-se que não houve autorização de ingresso condicional, requisito indispensável para a configuração do tipo infracional previsto no art. 109, VI. Conforme registros do Sistema de Tráfego Internacional, o passageiro foi admitido com movimento normal, classificado como 102 – visita a negócios/trabalho, com prazo regular de permanência. Não há anotação de impedimento, de ingresso condicionado ou de transferência do encargo de manutenção da estada à transportadora. A própria autoridade migratória, no momento da análise, reconheceu a possibilidade de entrada e permitiu o ingresso do viajante, sem determinar qualquer compromisso formal à companhia aérea.
3. Ressalte-se, ainda, que a LATAM prestou apoio ao passageiro imediatamente após ser acionada, acompanhando o caso e cooperando com a autoridade policial durante todo o procedimento. A eventual demora para obtenção de informações ou documentos decorreu exclusivamente da ausência de contato e documentação por parte da empresa marítima contratante do tripulante, não havendo atribuição legal que imponha à transportadora aérea responsabilidade por providências ou documentos que competem exclusivamente à agência marítima.
4. Diante disso, observa-se que não houve a situação fática que caracteriza a infração: inexistiu autorização condicional, inexistiu compromisso imposto à transportadora e inexistiu descumprimento de dever legal. A autuação baseou-se unicamente em juízo subjetivo sobre tempo de atendimento, elemento que não se subsume ao tipo administrativo aplicado e não encontra correspondência normativa que sustente a penalidade.
5. Assim, ausentes os pressupostos legais necessários e verificada a inadequação da capitulação, impõe-se o reconhecimento da inexistência de infração administrativa.
6. Diante do exposto, **DEFIRO** a defesa apresentada pela empresa **TAM LINHAS AÉREAS S/A – LATAM**, **CANCELANDO** integralmente o **Auto de Infração nº 1348_00048_2026**, com determinação de arquivamento do feito e as anotações de estilo nos sistemas pertinentes.

ANDRÉA CABALLERO CORRÊA
Agente de Polícia Federal
Chefe do NUMIG/DELEX/DPF/GRU/SP



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA CABALLERO CORREA, Agente de Polícia Federal**, em 27/01/2026, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144441462&crc=ADAC2B8E](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144441462&crc=ADAC2B8E).

Código verificador: **144441462** e Código CRC: **ADAC2B8E**.

Referência: Processo nº 08704.000413/2026-16

SEI nº 144441462